

DEFENDIDO REFORÇO LEGAL EM ÁREAS LIGADAS À TRANSPARÊNCIA

# UE exorta Macau a ter lei da concorrência

Classificando as relações entre Bruxelas e Macau como saudáveis e em expansão, Vincent Piket considera que podem ir mais longe. Para o chefe do Gabinete da União Europeia em Hong Kong e Macau, necessitam de ser reforçadas questões como a concorrência e os contratos de aquisição pública. No próximo ano, poderá ser lançada uma plataforma para resolver entraves à importação de altos quadros empresariais

■ Liane Ferreira

O chefe do Gabinete da União Europeia em Hong Kong e Macau, Vincent Piket, voltou ontem ao território para apresentar a agenda europeia para a RAEM, na sequência das recentes mudanças políticas em Bruxelas, nomeadamente com a eleição de Jean-Claude Juncker para presidente da Comissão Europeia e do novo Parlamento Europeu, onde 23% dos 751 deputados são populistas, eurocépticos e extremistas. Destacando que ainda há muitas áreas de trabalho que podem ser expandidas, o responsável defendeu um reforço em termos de enquadramento legal de tópicos ligados à transparência, como os contratos de aquisição pública e a concorrência, bem como na área da propriedade intelectual.

“As relações comerciais são saudáveis e estão a florescer, com um crescimento de 28% no ano passado, mais rápido do que o crescimento da economia local”, sublinhou Vincent Piket. O sector dos produtos de luxo é aquele com mais vendas, seguido das comidas e bebidas. Seguem-se as exportações para Macau de carros e maquinaria.

“Mas, a relação pode ir mais longe e em Julho tivemos a reunião anual da comissão conjunta, que contou com a participação da Secretária para a Administração e Justiça, Florinda Chan”, recordou o responsável, acrescentando que foi discutida a implementação do Acordo CEPA. “Achamos que este é um acordo interessante e dinâmico, mas que ainda não é muito conhecido pelas em-



FOTO JTM

presas europeias que não estão cá, estando a ser perdidas boas oportunidades de negócio, por falta de utilização”, disse.

No mesmo sentido, a União Europeia (UE) pretende trabalhar com a RAEM no reforço do enquadramento normativo em três áreas: lei da concorrência, que o território não possui, propriedade intelectual e nos contratos de aquisição pública. Recordou-se que, em Maio de 2013, Bruxelas já tinha aconselhado Macau a aderir rapidamente ao Acordo de Compras Públicas (“Government Procurement Agreement”), assinado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Quanto às políticas de concorrência, Vincent Piket afirmou: “Macau é uma economia pequena, razão mais do que suficiente para ter um enquadramento legal para a concorrência apropriado à sua economia; é bom para as firmas e para o consumi-

dor”. Realçando que a UE pode partilhar o conhecimento que tem nesta área e ajudar na implementação de uma lei da concorrência, o mesmo responsável frisou que Hong Kong adoptou legislação nesse sentido, com o apoio de Bruxelas em 2012.

Em termos de propriedade intelectual, o chefe do Gabinete da UE reiterou que é um assunto importante em todo o lado e sobre o qual Macau “tem melhorado bastante, mas não podemos ser complacentes”.

Quanto ao último ponto em análise na reunião com Florinda Chan, Vincent Piket garantiu que a UE está a encorajar o Governo a assinar o Acordo de Compras Públicas da OMC. Este acordo pretende promover a transparência, integridade e concorrência de mercado, tendo já sido assinado por Hong Kong e vários países europeus.

“Temos um enquadramento legal global debaixo da alçada

da OMC e temos a impressão de que Macau trabalha no espírito dele, por isso, porque não juntar-se a este enquadramento legal?”, questionou.

Sobre estes assuntos, o responsável europeu admitiu que ainda não obteve resposta do Governo. “Estão a ponderar o assunto”.

## Vistos representam problema para empresas europeias

Vincent Piket destacou ainda que Bruxelas pretende apostar no reforço das relações institucionais, através da criação de uma plataforma reunindo a UE, o Governo da RAEM e entidades económicas de ambos os lados. Esta plataforma tem como objectivo facilitar o diálogo entre as partes quando surgem problemas.

“Por exemplo, problemas com a vinda de altos quadros para as empresas, advogados ou engenheiros, que também en-

frentam problemas com vistos”, apontou o responsável, afirmando que foi contactado por empresas, que acabaram por ver projectos de investimento cancelados ou sofreram mudanças de direcção.

“Querem expandir os negócios que têm em Macau e têm dificuldades em tratar das licenças de trabalho e de residência necessárias para os empregados chave a nível profissional”, salientou.

Por outro lado, a mesma plataforma poderá trazer benefícios para a diversificação económica do território, tendo Vincent Piket sublinhado que seria uma via para partilhar ideias e tornar o conceito operacional. Segundo confessou, há expectativas de que a plataforma se torne realidade no próximo ano.

O chefe do Gabinete da UE asseverou ainda que há “interesse das empresas e da comunidade diplomática em explorar o que podemos fazer” em relação à Ilha da Montanha. “Macau tem um grande problema de espaço e Hengqin é uma ideia muito pragmática e única de expansão que irá criar todo o tipo de oportunidades”, defendeu.

Reconhecendo que Bruxelas não tem uma agenda global para a Ásia, Piket afirmou ser “evidente que é uma zona muito dinâmica”, sendo que a UE é o primeiro investidor e o principal parceiro económico de muitos países da região.

“A relação com a China é muito forte e aprofundou-se nos últimos tempos com a visita do Presidente Xi Jinping a Bruxelas em Março, bem como do Primeiro-Ministro. E as reuniões mostram que a relação é ao mais alto nível e em diferentes áreas”, indicou Vincent Piket.

## “China não é brilhante” na área da veterinária

O Governo de Macau assinou um acordo de cooperação com a China na área da medicina veterinária, passo que a Anima vê com apreensão já que “a este nível, a China não é brilhante”

A China só é boa parceira em áreas relativas ao exercício e controlo de doenças, mas não na medicina veterinária nem na credenciação. A maior parte dos veterinários na China não está credenciada”, aponta o presidente da Sociedade Protectora dos Animais - Anima, Albano Martins, ressaltando que Pequim e Xangai são excepções.

Actualmente, a actividade dos veterinários não é regulada em Macau, o que na prática significa que qualquer pessoa pode abrir uma clínica sem ter de provar que tem formação na área ou é credenciada. Para Albano Martins, este vazio legal é particularmente problemático neste momento, quando a Lei de Protecção dos Animais, prometida desde 2005, já foi aprovada na generalidade e se encontra em discussão na especialidade.

“Antes da Lei de Protecção de Animais devia haver um regulamento ou uma lei que regulasse o exercício da

actividade veterinária”, sublinha.

Na quarta-feira, uma comitiva liderada pela Secretária para a Administração e Justiça, Florinda Chan, assinou um acordo de cooperação com o Ministério da Agricultura da República Popular da China (RPC) com o objectivo de “fomentar a articulação de legislação da actividade de medicina veterinária de Macau e dos trabalhos de prevenção e controlo das epidemias animais”, de acordo com um comunicado. Esta colaboração vai incluir um “mecanismo de consulta relativamente ao exercício da actividade de veterinário em Macau por residentes do Interior da China e à participação nos exames de habilitação para o exercício desta actividade na RPC por parte dos residentes de Macau”.

“A ideia é que quem seja veterinário cá e queira exercer a profissão na China tem de fazer um exame de ha-

bilitação lá. Mas o contrário não parece ser verdade”, diz o presidente da Anima, alertando para o perigo dessa situação, já que “nem todos os veterinários a exercer na China estão sujeitos a exame lá”.

Este tipo de relação privilegiada não existe em Hong Kong, onde “os veterinários da China não são reconhecidos automaticamente”, sendo necessário “submeterem-se à apreciação do comité de credenciação”.

Em termos gerais, Albano Martins encara o avanço para a regulação da actividade com satisfação, já que “há áreas em que Macau não sabe e em que a China sabe bastante”, como os surtos epidemiológicos. Mas não esconde preocupações: “Fico apreensivo com a notícia quando falam de colaborações com o Interior da China sem reconhecerem claramente que, a este nível, a China não é brilhante”.

JTM com Lusa